

Comentário VI

Laura de Mello e Souza

Departamento de História, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo

Fernando A. Novais

Departamento de História, Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo

O texto de Ronaldo Vainfas constitui, até onde sabemos, o primeiro esforço, entre nós, de sistematizar uma discussão importantíssima acerca da "vida privada" como tema de história; para tanto, enfrenta o problema do difícil conceito, suas limitações teóricas, suas imprecisões e as conexões possíveis. Por isto, e pela alta qualidade da reflexão, deve ser saudado com entusiasmo.

O pano de fundo de toda a discussão é constituído pelos cinco volumes da coleção francesa, e há mesmo uma tentativa de quantificar os artigos por volume, esboçando o perfil dos temas mais abordados no conjunto. As críticas levantadas – imprecisão e oscilação nas considerações de Duby, em particular; certa incapacidade de diferenciar vida privada de vida cotidiana, no geral – sempre dizem respeito à perspectiva francesa, apesar de se esboçarem críticas à indiscutível "hexagonalidade" de tal perspectiva.

Gostaríamos de conduzir nossa discussão em dois sentidos:

- 1) avançar um pouco por veredas indicadas na argumentação de Vainfas, talvez ainda insuficientemente exploradas por ele;
- 2) sublinhar a necessidade de afinar o conceito de vida privada em função do contexto histórico ao qual se refere.

* * * * *

1) Na p.12, Vainfas esboça, com muita propriedade, as ressalvas de Henri Lefebvre acerca de uma conceituação de vida cotidiana que, por não ser

historicamente referida, acaba se tornando inadequada: não se aplicaria a sociedades pré-industriais, já que "só a complexidade do mundo capitalista permite fracionar o tempo, separar um tempo geral, cronológico, histórico, de um tempo diário e cotidiano", diz Vainfas, parafraseando Lefebvre. E nos lembra, citando a bela metáfora do grande sociólogo francês, que, antes de tal época, "a prosa do mundo não se distinguia claramente da poesia".

Lefebvre nos parece correto ao indicar que as transformações ocorridas no modo de produção – e nas quais as mudanças com relação à natureza do trabalho foram centrais – mostraram-se decisivas a ponto de alterar os ritmos da vida – que passaram a ser múltiplos, e diferenciados – e, por fim, a própria noção de tempo. O que talvez se devesse observar é que Lefebvre, de certo modo, absolutiza as transformações, vinculando-as a uma gênese do capitalismo. Assim, seria possível objetar que, em sociedades não-industrializadas, tais diferenças poderiam se impor segundo padrões distintos do nosso: seria próprio da nossa sociedade, ocidental e industrializada, medir os ritmos da vida e o tempo conforme a natureza do trabalho e da produção, enquanto outras sociedades o fariam diferentemente. Não queremos contudo enveredar por este atalho, pois foge aos objetivos que nos propusemos nesta discussão. Mesmo porque, uma vez que tratamos de sociedades ocidentais, gostaríamos de utilizar o argumento de Lefebvre em chave diversa, enfatizando as relações entre o público e o privado.

Privacidade é, sobretudo, um conceito polar, que se define por oposição ao que seja público. Neste sentido, e com base no tipo de argumento desenvolvido por Lefebvre no tocante às relações entre cotidiano e industrialização, sugerimos que Vainfas poderia ter aprofundado a análise das relações entre a esfera pública e a esfera privada, mesmo porque recorre ao belo livro de Richard Sennet, *O declínio do homem público*, que suscita tal discussão – mesmo que com argumentos opostos. Como se expressaria a privacidade em contextos onde a esfera pública – e pensamos no estado – se mostrasse frágil? Da mesma forma que o conceito de cotidiano se construiria em sociedades industriais, não estaria o conceito de privacidade em estrita dependência da moderna acepção de Estado? Indo mais longe, e retomando um clássico fundamental – independente das críticas que se lhe fazem –, não foi no bojo do nascente estado moderno que se constituiu a noção de indivíduo? Falamos, obviamente, da *Cultura do renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt, sobretudo quando se debruça sobre "O Estado como obra de arte". Ao se abordar a questão da privacidade, impõe-se de imediato a associação com a noção de indivíduo, por um lado, e com a noção de público, por outro (o lado da negação ou da polaridade).

Para Vainfas (p. 14), cotidiano e vida privada podem e devem ser aproximados; não são conceitos excludentes: "cotidiano é conceito que diz respeito ao tempo, sobretudo ao tempo longo; (...). Vida privada é conceito mais explicitamente ligado à domesticidade, à familiaridade ou a espaços restritos que podem emular a privacidade análoga à que se atribuiu à família a partir do século XIX". Retomando nossa linha argumentativa, acreditamos que a esfera privada não pode ser confundida com a esfera familiar, apesar de esta ter sido, sem dúvida, uma importante expressão da privacidade. (Será que continuará sendo-o no século XXI? Temos dúvidas). Mais do que à família, o âmbito privado

deve ser associado ao indivíduo e simultaneamente oposto ao âmbito público, onde se espraia o estado.

Concluindo nossa argumentação, ressaltamos que cotidiano e vida privada assumem contornos específicos em situações históricas específicas, como bem ressaltou Vainfas, corrigindo, neste sentido, confusões e titubeios da coleção francesa. Contudo, arriscamos ir mais longe: afirmamos que, no mundo pré-capitalista, e na ausência de um estado definido, os contornos entre cotidiano e vida privada se esfumariam. Nas sociedades industrializadas e dotadas de estado forte, contudo, tais campos se destacariam um do outro, definindo-se com nitidez maior.

2) Neste sentido, fica obviamente difícil definir privacidade em sociedades onde o espaço público e o privado se esfumam, ou onde a idéia de indivíduo é fluida. A problemática da historicidade se mostra portanto fundamental nessa discussão: examinando-a mais detidamente, procuraremos contribuir para um melhor encaminhamento da discussão esboçada na parte final do artigo de Vainfas, onde se questiona a validade de uma História da Vida Privada, e a relação entre tal tipo de história e o pós-modernismo: ao fim e ao cabo, o caráter irracionalista e alienante da História das Mentalidades ou da nova História Cultural, como formulou Ciro Cardoso.

Acreditamos que a "velha História das Mentalidades" ou a "nova História Cultural" – assim citadas nas últimas linhas do texto de Vainfas – correspondem a uma tendência rica, plural, repleta de possibilidades e que constitui, sem dúvida, um dos campos mais fecundos das ciências humanas nesta segunda metade do século, ilustrando bem uma das vias possíveis de se exercer a interdisciplinaridade. Sua aproximação com a antropologia e com a literatura são óbvias, assim como o diálogo renovado com os marxismos, e têm dado frutos brilhantes, como a obra de Carlo Ginzburg na Itália (onde vicejou com especial vigor a micro-história e a associação entre a antropologia – particularmente a de Geertz – e a tradição marxista (especialmente na via gramsciana); a de Jacques Le Goff ou de Philippe Ariès, na França (muito distintas entre si, a primeira sem dúvida marcada pelo marxismo e pela antropologia, a segunda, nitidamente conservadora, mais marcada pelo diálogo com a literatura, aliás presente também em Le Goff); a de E. P. Thompson, na Inglaterra (em perspectiva muito distinta, mas indubitavelmente marcada tanto pelo marxismo como pela antropologia); a de Natalie Zemon Davies (que dialoga tanto com a antropologia geertziana quanto com a tradição francesa dos *Annales*, esbarrando, às vezes perigosamente, no desconstrutivismo de Derrida), etc.

Discordamos, portanto, da etiqueta redutora e simplista de irracionalismo atribuída à totalidade da produção comprometida com a perspectiva mais cultural, e lembramos que ela se aplica aos trabalhos desprovidos de qualidade e de fôlego analítico. Bom exemplo das riquíssimas possibilidades oferecidas pela História das Mentalidades e pela Nova História Cultural são os próprios trabalhos de Vainfas: *Ideologia e escravidão* (1986), análise lapidária das relações entre o escravismo e a mentalidade letrada; *Trópico dos pecados* (1989), ponto de referência para o estudo problematizado da

moralidade colonial, onde justamente nunca se perde a especificidade histórica dos sentimentos e das sensibilidades (*coloniais, escravistas*); *A heresia dos índios* (1996), uma das mais perfeitas expressões da moderna História Cultural feita no Brasil, trabalho verdadeiramente modelar sobre a relação entre níveis de cultura, ou culturas *tout court*. As colocações de Vainfas às pp.26-27 – as finais – pareceram-nos, portanto, intrigantes, e as tributamos antes ao intuito de estimular o debate do que a convicções suas.

Como refere Vainfas à p.25, quando se publicar este debate já terá saído o primeiro volume da *História da vida privada no Brasil*, que organizamos e que se chamou, a propósito, "Cotidiano e vida privada na América portuguesa". Vainfas (1997) colaborou com um capítulo muito bem sucedido, onde justamente dissocia privacidade, na sua manifestação sexual, de família ou de domesticidade (como indicamos, acima, ocorrer em situações históricas precisas).

O processo de realização do volume foi longo, e comportou uma discussão de cerca de dois anos – referente à problemática da coleção como um todo – sobre a viabilidade de aplicação do conceito na história do Brasil em geral e na história da América portuguesa em particular. Longe de nós querermos erigir nossa experiência em exemplo. Se a invocamos aqui é justamente para traduzir os impasses impostos na abordagem de tal objeto, e na tentativa de contribuir, à nossa maneira, para o debate.

O que deu eixo a nossas discussões foi justamente a reflexão sobre a especificidade histórica do Brasil. No caso do período colonial, impunha-se a discussão de alguns problemas centrais. Vejamos alguns deles.

Em primeiro lugar, norteou-nos o sentido da diferença: as manifestações da vida privada entre nós foram simultaneamente semelhantes e distintas daquelas encontradas na Europa, e havia que situar a discussão nessa encruzilhada tensa. Como não se tratava de repetir a temática própria às sociedades européias, ou a que se consagrou nos volumes organizados por Duby e Ariès, havia que buscar, na história da América Portuguesa, os fenômenos que indicassem a eclosão da privacidade e, ao mesmo tempo, recuperar, na nossa tradição historiográfica, as preocupações subjacentes a certas abordagens clássicas.

Como se definiria o espaço privado numa possessão colonial governada por uma metrópole distante – longe, portanto, da corte, do aparelho de estado, da burocracia, enfim de todos os elementos mais evidentes da dimensão pública? A distância do poder público poderia sugerir um peso maior do espaço privado – no limite, uma hipertrofia desta instância, como ficou sugerido em alguns de nossos clássicos, como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Tal hipertrofia coloca, de saída, um problema: se o poder público se esfumaça e o privado passa a ocupar todos os interstícios da vida social, o próprio conceito perde a força e a especificidade. Parafraseando Paul Veyne (quando se pergunta sobre o que é história), se tudo é vida privada, o privado não existe. Em seguida, impõe-se a necessidade do matiz e da caracterização com base nas evidências empíricas. Na ausência do "estado", há que perscrutar quais mecanismos e instituições viriam a desempenhar o papel das instâncias públicas para, por oposição, melhor delimitar o das instâncias privadas. Por exemplo: o comércio de longa distância, enraizando-se na colônia e impondo rumos à vida econômica através do sistema de monopólio, pode ter ocupado tais espaços. Quanto às imagens tradicionais do potentado todo-poderoso e da casa-grande como *celula-*

mater de uma economia auto-contida, elas têm sido ajustadas por pesquisas recentes, e o próprio sentido da escravidão é um dos elementos relativizadores do enfoque anterior, afeito à idéia de uma hipertrofia do privado; isto porque, se o escravismo foi, por um lado, um sistema que articulou relações, ampliando o raio de ação da camada senhorial, foi, por outro, um de seus mais importantes limitadores, já que dentro de cada unidade produtiva, ou de cada lar, os senhores eram fadados ao convívio intenso com aqueles que, no mais das vezes, eram seus inimigos potenciais. Mesmo nos núcleos mais modestos, homens brancos e senhores conviviam com negros, índios e mestiços escravos, seus serviçais. O fulcro da intimidade era sempre repartido com elementos que podiam ser estranhos a ele – mas não obrigatoriamente – e que no limite, eram inimigos internos, incômodos e ameaçadores. Em termos mais genéricos, o âmbito do privado abrigava, desta forma, os inimigos internos da ordem, e não havia como não ser assim. Forçando-se um pouco, e buscando o paradoxo, pode-se dizer que não ocorria a plena vivência da privacidade, pois no seu espaço coexistiam contrários irreconciliáveis.

Além dessas questões mais genéricas, outras importantes se impuseram: a rarefação da vida urbana; a *descontiguidade* da população; a descontinuidade dos espaços ocupados; o surgimento de formas provisórias de existência – no navio, na canoa da monção, na tropa de burro, na fortificação de fronteira, no acampamento minerador – e de sociabilidades variadas; o desejo de retornar à metrópole, uma vez feito o “pé-de-meia”: vivências inusitadas, sensibilidades peculiares, mentalidades específicas que se tornavam óbices à identificação mais profunda com a terra da colônia, entravando o desenvolvimento da vida familiar numa acepção mais plena. Explicando melhor, e voltando a um ponto anterior: vida familiar e privacidade achavam-se não raro dissociadas.

A distância do poder central (Metrópole) trazia implicações na estruturação do poder e na mensuração do tempo. As decisões a serem tomadas dependiam quase sempre de ordens metropolitanas, que só chegavam com as frotas vindas do Reino periodicamente. O mesmo se dava no plano da vida privada: notícias de familiares, comunicações de nascimentos, óbitos, notificações sobre heranças estavam igualmente sujeitas ao ritmo dos navios. Tanto as cidades litorâneas, onde os habitantes podiam ver surgir no horizonte as velas tão esperadas, quanto nas interiores, como as mineiras, ansiava-se da mesma forma pelo retorno da frota. “No tempo em que chegou a frota passada”, “Por ocasião do retorno das naus ao Reino” são expressões correntes na época.

Numa sociedade fortemente estratificada, pluriétnica e plurirracial, havia que considerar padrões de vida privada desiguais: cabendo indagar, inclusive, se as massas de pobres e marginalizados não acabariam por se ver excluídas de tais padrões. Por fim, a existência dos estatutos de pureza de sangue e de um tribunal de idéias, a Inquisição, faria com que a ameaça de delação e desvendamento das intimidades fosse permanente. Ninguém se sentia seguro dentro de sua própria casa, temendo que o olho do vizinho perscrutasse práticas pouco ortodoxas por entre fendas de paredes-meias ou por sobre o muro que dividia os quintais. Como decorrência da delação sempre iminente, os comportamentos religiosos e morais se mostraram muitas vezes ambíguos e dúbios.

Realidades históricas distintas exigem tratamentos distintos para um mesmo problema. Procuramos, portanto, ao mesmo tempo, apreender a especificidade de nosso tema e reconstituí-lo articulado com as dimensões "estruturais", fundindo preocupações caras tanto à "velha" quanto à "nova" história. O conceito de vida privada, de difícil definição, abordado de modo confuso e, no limite, incoerente – como mostrou Vainfas – pelos autores franceses ganha muito quando encarado numa perspectiva histórica. A nosso ver, é inclusive o recurso a tal perspectiva que permite compreender por que, e quando a vida privada se aproxima da vida cotidiana.